



**ACÓRDÃO Nº678/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1455/2008.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA.
- 4- **Exercício:** 2007.
- 5- **Responsável:** Marco Aurélio de Mendonça (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5.851, Miquéias Matias Fernandes - OAB/AM 1.516, Vasco Pereira do Amaral - OAB/AM 99-A, Maria Tereza Camara Fernandes - OAB/AM 4.676, Debora Regina Para Melo - OAB/AM 5.149 e Silvano Amorim de Almeida - OAB/AM 4.002.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5942/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA. Exercício de 2007.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Comunicação. Encaminhamento. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Marco Aurélio de Mendonça**, responsável pela Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, exercício de 2007, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’ da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’ da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Marco Aurélio de Mendonça** no valor de **R\$ 13.746.454,58** (treze milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos termos do art. 5º, da Lei nacional nº 8.429/1992 c/c art. 304, inciso I do Regimento Interno deste TCE/AM, pelo dano ao Erário verificado no:
  - 10.2.1. Termo de Contrato nº 014/2007, questionamento 07 da DICOP, o valor de **R\$ 2.150.076,03** (dois milhões, cento e cinquenta mil, setenta e seis reais e três centavos), solidariamente com a **Econcel Empresa de Construção Civil e Elétrica Ltda;**



**ACÓRDÃO Nº678/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.2.2.** Termo de Contrato nº 019/2007, questionamento 15 da DICOP, o valor de **R\$ 8.014.467,85** (oito milhões, quatorze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), solidariamente com a **W.P. Construções Comércio e Terraplenagem Ltda;**

**10.2.3.** Termo de Contrato nº 068/2007, questionamento 15 da DICOP, o valor de **R\$ 3.581.910,70** (três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e dez reais e setenta centavos), solidariamente com a **Construtora Soma Ltda.;**

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Marco Aurélio de Mendonça no valor de R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Nos termos do art. 54, inciso III da Lei Orgânica c/c art. 308, inciso V do Regimento Interno, ambos deste TCE/AM, pelo dano ao Erário abaixo relacionados:

**10.3.1.** Termo de Contrato nº 014/2007, questionamento 07 da DICOP;

**10.3.2.** Termo de Contrato nº 019/2007, questionamento 12 da DICOP;

**10.3.3.** Termo de Contrato nº 068/2007, questionamento 15 da DICOP;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Marco Aurélio de Mendonça no valor de R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Nos termos do art. 54, inciso II da Lei Orgânica c/c art. 308, inciso VI do Regimento Interno, ambos deste TCE/AM, pelas impropriedades abaixo relacionadas:

**10.4.1.** Restrições da DICAD-AM, inerentes ao Sistema ACP\TCE-AM, consubstanciando descumprimento dos artigos 3º e 4º da Resolução TCE-AM nº 07/2002, verificados no Termo de Contrato nº 08/2007; Termo de Contrato nº 12/2007; Termo de Contrato nº 16/2007; Termo de Contrato nº 23/2007; Termo de Contrato nº 41/2007; Termo de Contrato nº 54/2007; Termo de



**ACÓRDÃO Nº678/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- Contrato nº 59/2007;
- 10.4.2.** Restrição DICAD-AM, vedação à antecipação de pagamento, consubstanciando descumprimento do art. 65, inciso II, alínea 'c' da Lei 8666/93, verificada no Termo de Contrato nº 23/2007;
- 10.4.3.** Restrições DICAD-AM, inerente a ausência dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, consubstanciando descumprimento do art. 73, inciso I, alíneas 'a' e 'b' da Lei Nacional nº 8.666/93, verificado no Termo de Contrato nº 08/2007; Termo de Contrato nº 23/2007; Termo de Contrato nº 28/2007; Termo de Contrato nº 41/2007; Termo de Contrato nº 54/2007;
- 10.4.4.** Restrições DICAD-AM, inerente ao descumprimento do limite dos créditos orçamentários, consubstanciando descumprimento do art. 59 da Lei nº 4.320/64, verificado no Termo de Contrato nº 23/2007;
- 10.4.5.** Restrições DICAD-AM, inerente ao pagamento sem a devida liquidação, consubstanciando descumprimento art. 63, § 2º, da Lei Federal 4.320/64, verificado no Termo de Contrato nº 12/2007; Termo de Contrato nº 23/2007;
- 10.4.6.** Restrições DICAD-AM, inerente à omissão em informar contrato a este TCE-AM, consubstanciando descumprimento da Lei Complementar estadual nº 06/1991, art. 15, inciso VII, verificado no Termo de Contrato nº 54/2007;
- 10.4.7.** Restrição DICOP, ausência do Orçamento Analítico, consubstanciando descumprimento do art. 6º, inciso IX, alínea "f" c/c art. 7º, § 2º, inciso II da Lei Nacional nº 8.666/93 e da Súmula do TCU nº 258/2010, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007; Termo de Contrato nº 19/2007; Termo de Contrato nº 068/2007;
- 10.4.8.** Restrição DICOP, ausência da Planilha Analítica do BDI, consubstanciando descumprimento do art. 6º, inciso IX, alínea "f" c/c art. 7º, § 2º, inciso II da Lei Nacional nº 8.666/93 e da Súmula do TCU nº 258/2010, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007; Termo de Contrato nº 014/2007; Termo de Contrato nº 19/2007; Termo de Contrato nº 040/2007; Termo de Contrato nº 55/2007;
- 10.4.9.** Restrição DICOP, ausência da Planilha Analítica dos Encargos Sociais para horista e mensalista, consubstanciando descumprimento do art. 6º, inciso IX, alínea "f" c/c art. 7º, § 2º, inciso II da Lei Nacional nº 8.666/93 e da Súmula do TCU nº 258/2010, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007, Termo de Contrato nº 014/2007; Termo de Contrato nº 19/2007; Termo de Contrato nº 55/2007;



**ACÓRDÃO Nº678/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Termo de Contrato nº 68/2007;

- 10.4.10.** Restrição DICOP, ausência dos Projetos Complementares, impossibilitando a aferição prévia do objeto contratado, consubstanciando descumprimento do art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I da lei 8.666/93, verificada no Termo de Contrato nº 34/2007; Termo de Contrato nº 40/2007; Termo de Contrato nº 55/2007;
- 10.4.11.** Restrição DICOP, ausência do Diário de Obra ou documento equivalente, consubstanciando descumprimento do art. 67, § 1º da Lei 8666/93 c/c art. 1º da Resolução 1024/2009 Confea, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007; Termo de Contrato nº 19/2007; Termo de Contrato nº 34/2007; Termo de Contrato nº 55/2007;
- 10.4.12.** Restrição DICOP, ausência da justificativa do preço no processo de dispensa de licitação, consubstanciando descumprimento do art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93, verificada no Termo de Contrato nº 19/2007;
- 10.4.13.** Restrição DICOP, ausência dos Boletins de medição do contrato, consubstanciando descumprimento Art. 63, § 2º, inciso III da Lei 4.320/64 c/c os arts. 66 e 67 da Lei 8666/93, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007; Termo de Contrato nº 68/2007;
- 10.4.14.** Restrição DICOP, ausência dos Boletins do laudo de vistoria de medição, consubstanciando descumprimento do art. 67, § 1º da Lei 8666/93, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007;
- 10.4.15.** Restrição DICOP, ausência de justificativas para os acréscimos no contrato, consubstanciando descumprimento do art. 65, *caput* c/c art. 47 da Lei nº 8.666/93, verificada no Termo de Contrato nº 08/2007, Termo de Contrato nº 034/2007; Termo de Contrato nº 040/2007;
- 10.4.16.** Restrição DICOP, ausência do projeto executivo, consubstanciando descumprimento do art. 6º, inciso X e o art. 7º, inciso II, todas da Lei 8.666/93, verificada no Termo de Contrato nº 019/2007;
- 10.4.17.** Restrição DICOP, ausência da ART do projeto executivo, consubstanciando descumprimento do Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Lei Federal nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Resolução N.º425 de 18/12/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, verificada no Termo de Contrato nº 019/2007; Termo de Contrato nº 031/2007; Termo de Contrato nº 055/2007;
- 10.4.18.** Restrição DICOP, ausência da ART do projeto básico, consubstanciando descumprimento do Art. 1º c/c Art. 2º



**ACÓRDÃO Nº678/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

c/c Art. 3º da Lei Federal nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Resolução N.º425 de 18/12/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, verificada no Termo de Contrato nº 068/2007;

**10.4.19.** Restrição DICOP, ausência da ART referente à fiscalização deste contrato, consubstanciando descumprimento do Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Lei Federal nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Resolução N.º425 de 18/12/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, verificada Termo de Contrato nº 034/2007;

**10.4.20.** Restrição DICOP, ausência das licenças ambientais, consubstanciando descumprimento da Lei nº 8.666/93, art. 6º, inciso IX e art. 12, inciso VII; Lei nº 6.938/81, art. 1º; Resolução nº 237/87 do CONAMA, art. 2º e art. 8º, inciso I, verificada no Termo de Contrato nº 055/2007; Termo de Contrato nº 068/2007;

**10.4.21.** Restrição DICOP, ausência dos comprovantes das despesas da obra/serviço contratado, consubstanciando descumprimento os arts. 62 e 63 da Lei 4320/64; art. 55, § 3º e art. 65, II, "c" da Lei 8666/93, verificada no Termo de Contrato nº 055/2007; Termo de Contrato nº 068/2007;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.5. Comunicar à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira** os achados de auditoria inerentes ao recolhimento do ISS do Termo de Contrato nº 054/2007-SEINFRA para que, querendo, tome as medidas que entender cabíveis;

**10.6. Encaminhar ao Ministério Público do Estado do Amazonas** cópias destes autos para providências que entender cabíveis;

**10.7. Dar ciência ao Sr. Marco Aurélio de Mendonça**, bem como o seu patrono, acerca do decidido;

**10.8. Dar ciência ao Laghi Engenharia Ltda**, bem como ao seu patrono, sobre o decidido;

**10.9. Dar ciência à empresa Econcel - Const. Cível Elét. Ltda.** sobre o





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº678/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

decidido;

- 10.10 Dar ciência à Empresa W.P - Const. Com. Terrap. Ltda.,** bem como ao seu patrono, sobre o decidido;
- 10.11 Dar ciência à N.V.construção e Comercio Ltda.** sobre o decidido;
- 10.12 Dar ciência à Construtora Etam Ltda.** sobre o decidido;
- 10.13 Dar ciência à Construtora Soma Ltda.,** bem como ao seu patrono, sobre o decidido.

**11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Julho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Conselheiro-Convocado e Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral